

InformANDES

Informativo
Nº 176

Brasília (DF)
Julho de 2026

ANDES-SN - SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

**69º Conad atualiza
planos de luta e define
atuação contra a extrema
direita nas eleições** 4 a 11



**69º
CONAD**

Entrevista aborda dosimetria e importância
de responsabilizar golpistas 12 e 13

Manifestações na Bolívia demonstram
força da mobilização popular 14 e 15

As recentes eleições de Abelfardo de la Espriella e Keiko Fujimori como presidentes de Colômbia e Peru, respectivamente, acendem um importante sinal de alerta. Vencedores em pleitos altamente disputados, ambos são os mais recentes exemplos de uma estratégia de alinhamento e submissão dos governos latino-americanos aos interesses dos EUA de Donald Trump, que já havia obtido sucesso com a ascensão de José Antonio Kast à presidência do Chile, em março, e, em alguma medida, nas eleições de Rodrigo Paz, na Bolívia, e Daniel Noboa, no Equador, ainda em 2025. Essas eleições deram sequência à formação de um bloco que começou a se desenhar com as vitórias do argentino Javier Milei e do paraguaio Santiago Peña, ainda em 2023, antes do início do segundo termo presidencial de Trump.

Um aspecto fortemente comum em vários desses contextos é o uso intensivo de tecnologias de informação e comunicação para fins de manipulação da opinião pública, com grande suporte das gigantescas corporações empresariais do setor e do Departamento de Estado dos EUA, bem como a combinação retórica da disseminação de pânico moral.

É nesse quadro que se dá a instituição, em março deste ano, da coalizão *Shield of the Americas* (Escudo das Américas), lançada por Donald Trump em reunião de chefes de Estado, tendo como membros fundadores, além dos EUA, Argentina, El Salvador, Equador, Paraguai, Panamá, Bolívia, Chile, Costa Rica, Honduras e República Dominicana, com a posterior adesão justamente de Peru e Colômbia. Com o objetivo pretensamente declarado de “compartilhar inteligência e cooperação militar para combater o narcotráfico e o crime organizado”, o dito “Escudo das Américas” reedita os piores pesadelos suscitados pela memória da Operação Condor, campanha de repressão política e terror de Estado levada a cabo pelas Ditaduras do Cone Sul, com apoio do governo dos EUA, em meados dos anos de 1970.

A intervenção na Venezuela, em janeiro deste ano, e a contínua intensificação das pressões violentas contra Cuba deixam patente o intuito intervencionista do governo Trump. Nesse sentido, a declaração de grupos criminosos radicados em território brasileiro como “organizações terroristas”, que passam à atenção direta do radar do “Escudo”, soa

como perigoso alarme.

As eleições gerais que ocorrem no Brasil, em outubro próximo, ganham uma relevância particular, pois seus desdobramentos terão certamente consequências para toda a região. Atualmente, o não alinhamento dos governos das duas maiores economias da América Latina, México e Brasil, à liderança trumpista tem constituído um contraponto fundamental ao projeto estratégico da extrema direita para o continente. Manter este dique de contenção contra a sombria conjuntura que se insinua sobre os povos de Abya Yala é, simultaneamente, uma tarefa essencial e muito complexa.

Foi tendo em conta esses elementos, que o 69º Conad do ANDES-SN, ocorrido entre 3 e 5 de julho em São Luís (MA), debateu a conjuntura eleitoral brasileira e deliberou por um chamado à categoria para que, desde o 1º turno, vote pela derrota eleitoral da extrema direita, destacando ainda a importância de um processo eleitoral mobilizador, que leve a classe trabalhadora às ruas contra o fascismo e contra as políticas de austeridade. Seguiremos em luta, juntas, juntos e juntes, para declarar a soberania do Brasil e de toda nossa América Latina.



Expediente

O InformANDES é uma publicação do ANDES-SN

Diretor Responsável:
Diego Ferreira Marques

Edição e Revisão:
Renata Maffezoli MTb 37322/SP

Jornalistas:
Bruna Yunes DRT 9045/DF
Renata Maffezoli

Diagramação e arte final:
Silas William Vieira

Fotos:
Eline Luz/ANDES-SN

imprensa@andes.org.br
andes.org.br

Errata: A matéria publicada na pg 3 da edição de junho/26 é de autoria do jornalista Matheus Coimbra, da Apruma SSInd.

Democratização de escolha para reitores avança com criação de GT no MEC



Foto: Thamires Barreto

O ANDES-SN participou, no final de junho (30), da segunda reunião da Mesa Setorial de Negociação Permanente no Ministério da Educação (MEC) para avançar no debate sobre a democratização das Instituições Federais de Ensino (IFE). O encontro focou na criação de dois

Grupos de Trabalho (GTs): um para tratar do processo de democratização das IFE, e outro sobre saúde do trabalhador e da trabalhadora.

A portaria do GT Democratização, publicada em 15 de junho, sob o número 549/2026, prevê que o grupo terá 90 dias, prorrogável por igual período, para definir sua

metodologia e elaborar relatório final contendo diagnóstico, conclusões e propostas. Fernanda Maria Vieira, secretária-geral do ANDES-SN, destacou que, apesar do avanço com o fim da lista triplíce e a criação do GT, há pontos que ainda preocupam a categoria docente, como a manutenção da proposta de um colegiado para "tirar as regras no respeito à autonomia das instituições".

Fernanda Maria criticou duramente a desigualdade imposta pela legislação atual na composição desses colegiados, que prevê um mínimo de 70% de membros do corpo docente no total de sua composição. "Para efetividade democrática não é possível que você mantenha tamanha desigualdade na participação dos rumos das nossas universidades", alertou.

Outras pautas

O Sindicato Nacional cobrou ainda o cumprimento de pautas pendentes do acordo de greve, especialmente o fim do controle de ponto para docentes da carreira do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT). Segundo Fernanda Maria, o MEC sinalizou a publicação de um decreto, pelo governo federal, transferindo ao ministério a competência para decidir sobre a questão. De acordo com a diretora do ANDES-SN, a Pasta compartilha do entendimento de que "a manutenção desse controle é uma assimetria não aceitável dentro das instituições de ensino federal".

"Nós não conseguimos avançar nos outros pontos pendentes do nosso acordo, mas, pelo menos, conseguimos garantir que o registro de ponto para docentes EBTT seja extinto o mais rápido possível", concluiu Fernanda Maria.

Governo sinaliza recursos para reajuste salarial em 2027

Durante a segunda rodada da Mesa Central da Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP) de 2025, realizada na tarde de quinta-feira (25), representantes do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) apresentaram respostas à pauta de reivindicações do funcionalismo. Foram sinalizados avanços em temas estratégicos para as categorias, como o estudo para inclusão, na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2027, de recursos destinados ao reajuste salarial das servidoras e dos servidores públicos federais.

Saiba mais:



ANDES-SN aprofunda o debate sobre a existência não-binária no movimento docente

A luta por reconhecimento e direitos da comunidade LGBTI+ ganhou novos contornos durante o 69º Conad do ANDES-SN, realizado em São Luís (MA). Em entrevista, Iris Moraes, professora da Universidade Federal do Amapá (Unifap) e integrante do Coletivo LGBT do sindicato, destacou a importância de debater a não-binariedade e as identidades de gênero dissidentes dentro da categoria docente.

Iris explica que o termo não-binariedade é "uma expressão que tem o propósito de abranger as diversas identidades dissidentes do gênero, de pessoas trans que não se identificam com os dois gêneros que são reconhecidos socialmente, homem e mulher, mas que têm uma experiência dissiden-

te dessas duas experiências". Moraes ressalta que essa demarcação possui uma dimensão política fundamental para tirar da invisibilidade existências que sofrem opressões históricas por não se encaixarem na norma de gênero.

A presença de pautas como o uso do nome social e da linguagem neutra no campo da educação e da saúde reflete o amadurecimento dos movimentos sociais no Brasil. No contexto do ANDES-SN, Iris enfatiza que a defesa da educação pública deve ser indissociável da compreensão de que a classe trabalhadora possui gênero, raça e sexualidade.

Conforme e docente, é uma tarefa histórica do Sindicato Nacional garantir a interseccionalidade de direitos e trazer a consciência de gêneros para

dentro da entidade. "Cada vez mais temos visto não só a importância, mas a necessidade, que o nosso sindicato tem de promover, inclusive, esse letramento de gênero para a nossa categoria", ressalta.

Desafios e conquistas

Iris destaca que os desafios para a comunidade LGBTI+, em especial a trans e não-binária, são estruturais, começando pelo próprio direito à vida diante da LGBTfobia. Na educação, a exclusão histórica dessas populações demanda ações afirmativas urgentes, como a defesa das cotas trans e políticas de permanência.

E professora da Unifap avalia que, internamente, o ANDES-SN tem avançado com a implementação da paridade de gênero e a inclusão de caixa de identificação para pessoas não-binárias em suas plenárias. Iris relata como essa prática foi transformadora em sua trajetória.

"O primeiro congresso que eu estive do ANDES-SN teve essa caixa para pessoas não-binárias. E foi assim que eu acessei, dentre os colegas, a oportunidade de ter um momento de fala. Isso foi muito simbólico, muito acolhedor, porque no mundo da cisnormatividade a gente não tem espaços seguros. A gente tem que, todo o tempo, lutar para ser reconhecido", contou, reforçando que essas conquistas são fruto da luta feminista e LGBTI+ dentro do movimento docente.

Para Iris, o papel da categoria é colocar-se em um lugar de aprendizado constante para não reproduzir violências, garantindo que o Sindicato Nacional continue sendo um instrumento de luta por um "bem viver" para todas, todos e todes.



Durante o 69º Conad, a mobilização foi reforçada pelo Coletivo de Docentes LGBTI+, que realizou uma manifestação cobrando que o combate à LGBTI+fobia seja um tema transversal e urgente na atuação sindical. Como resposta, o plenário aprovou a intensificação de investimentos em espaços formativos e da divulgação, nas instituições de ensino e seções sindicais, do "Protocolo de combate, prevenção, enfrentamento e apuração de assédio moral e sexual, racismo, Lgbtfobia e qualquer discriminação e violência", elaborado pelo Sindicato Nacional.

69ª Conad aprova incorporação do RSC para o Magistério Superior Federal



Em uma decisão que marca o amadurecimento do debate sobre a valorização docente, a Plenária do Tema II do 69º Conad, realizado em São Luís (MA), aprovou a inclusão da luta pelo Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC) para a carreira do Magistério Superior (MS) federal no plano de lutas do Sindicato Nacional. A medida visa estender aos docentes das Instituições Federais de Ensino Superior um direito que já é realidade para a carreira do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT), desde 2013.

Segundo a resolução aprovada, o sindicato defenderá a aplicação do RSC ao Magistério Superior federal, e sua manutenção para o EBTT, como parte fundamental do processo de transição para a unificação das carreiras do magistério federal. Para André Martins, da coordenação

do Grupo de Trabalho (GT) Carreira do ANDES-SN, a decisão reflete a necessidade de isonomia entre as categorias da educação federal.

"O ANDES-SN inclui, no seu plano, lutar pelo RSC para o magistério federal superior como forma também de garantir que docentes que não tenham doutorado possam chegar a uma remuneração equivalente à retribuição de titulação de doutor ou de doutora", explicou.

Martins, que também é 2º vice-presidente da Regional Rio Grande do Sul do ANDES-SN, avalia que os debates no GT Carreira e nas reuniões dos setores permitiram chegar a esse consenso. "Foi um debate que realmente, durante muito tempo, dividiu a categoria. Mas a gente foi acumulando ao longo de encontros deliberativos e reuniões", afirmou.

A proposta aprovada não prevê o RSC como uma ferramenta permanente, mas como um degrau necessário para a valorização imediata enquanto se constrói a carreira única. André Martins ressalta que a perspectiva é de que, uma vez alcançada a unificação plena com direitos garantidos para toda a categoria, a ferramenta específica do RSC possa ser adequada ou extinta.

"Na perspectiva da carreira única, a gente não imagina a continuidade do RSC. A ideia é fazer a adequação para que não tenhamos mais essa ferramenta a partir do momento que todos e todas tenham conquistado o direito", pontuou o docente.

lees, lmes e ldes

Embora a deliberação para o setor das Federais seja um marco, a extensão dessa luta para o Setor das Estaduais, Municipais e Distrital (lees, lmes e ldes) ainda não está no calendário imediato. Conforme Martins, devido à grande diversidade de legislações estaduais e municipais, cada ente federado possui planos de carreira docente distintos, o que exige um debate específico em cada base. Contudo, o diretor do Sindicato Nacional acredita que o acúmulo de discussões no setor das Federais servirá de subsídio caso docentes das lees, lmes e ldes decidam buscar ferramentas semelhantes de valorização no futuro.

Além da incorporação do RSC como ferramenta de valorização docente, o 69º Conad também deliberou por aprofundar estudos sobre o impacto dessa implementação em todo o magistério federal, visando apresentar um protocolo completo de desenvolvimento na carreira no 45º Congresso do ANDES-SN.

No dia 3 de julho, o governo federal publicou o decreto 13.048/2026, que regulamenta o direito ao RSC para técnicas e técnicos administrativos (TAEs), fruto da greve de 2024.

ANDES-SN intensifica campanha "Lutar Não é Crime" em defesa das Universidades

Frente à escalada de violência e perseguição política que atinge as instituições de ensino públicas no Brasil, o 69º Conad do ANDES-SN, realizado em São Luís (MA), aprovou o reforço da campanha "Lutar não é crime". A resolução foca na defesa da liberdade de cátedra e no enfrentamento direto aos ataques da extrema direita, que visam criminalizar docentes, estudantes e o pensamento crítico dentro das universidades, institutos federais e cefets.

A 3ª vice-presidenta do Sindicato Nacional e integrante da Comissão Nacional de Enfrentamento à Criminalização e Perseguição Política a Docentes da entidade, Annie Hsiou, destacou que a intensificação da campanha é vital. "Muitos professores e muitas professoras são perseguidos dentro das suas instituições por diversos motivos, seja por questão de gênero, raça, ou até mesmo atacados em sua liberdade de cátedra, por aquilo que eles estão ensinando e pelo conhecimento que estão produzindo", contou.

Annie contou que a campanha "Lutar não é crime" foi criada na perspectiva de combater todos os tipos de perseguição, seja política, discriminatória ou preconceituosa. No entanto, diante de casos recentes, a categoria entendeu necessário reforçar as ações contra os ataques da extrema direita, especialmente com a proximidade do período eleitoral.

"A ideia de intensificar a campanha é para dar um foco maior na questão política, neste ano, devido às inúmeras invasões que a extrema

direita vem fazendo nas universidades", afirmou. Segundo a diretora do ANDES-SN, o objetivo central desses grupos é utilizar o ataque às instituições como plataforma eleitoral e ideológica para captar seguidores.

Um dos casos de grande repercussão foi o da Universidade de Brasília (UnB). A instituição tornou-se palco de um "laboratório da extrema direita", onde o "influenciador" e estudante Wilker Leão utilizava a gravação de aulas sem consentimento para instigar segui-

dores contra docentes, sob a falsa alegação de combater uma suposta "doutrinação ideológica".

Em agosto do ano passado, a Justiça do Distrito Federal condenou, no ano passado, o influenciador por injúria e difamação. A sentença destacou que a liberdade de cátedra, prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), garante a docentes a escolha de suas ferramentas metodológicas e que a divulgação não autorizada de imagem e voz em contexto jocoso é prática ilícita. Leão também foi expulso da UnB e matriculou-se, na sequência, na Universidade Estadual de Goiás (UEG).

Infelizmente, essa não é uma situação isolada. Somente no primeiro semestre de 2026, foram identificados pelo menos dez ataques às instituições de ensino públicas. A estratégia desses grupos, muitas vezes liderados por políticos de partidos de extrema direita em busca de palan-



que eleitoral, envolve depredação do patrimônio público, disseminação de notícias falsas e violência física.

Em março deste ano, o vereador Lucas Pavanato (PL) protagonizou agressões contra estudantes da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), no campus Butantã da Universidade de São Paulo (USP). Seguranças particulares do vereador chegaram a usar spray de pimenta e agredir fisicamente os discentes.

Já em junho passado, dois pré-candidatos da extrema direita, Renato Almeida e Hagara Espresola Ramos, invadiram as dependências da Faculdade

de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto (FFCLRP) da USP, em Ribeirão Preto. Eles arrombaram portas e rasgaram cartazes das salas ocupadas por entidades estudantis, para gerar conteúdo para redes sociais.

lista, apenas para se promoverem nas redes sociais. Os vereadores provocaram um conflito que foi dispersado pela Polícia Militar com bombas de gás lacrimogêneo.

Na Universidade Federal de São

Carlos (Ufscar), um grupo liderado pelo mesmo pré-candidato a deputado federal que depredou a Ufscar invadiu o campus em São Carlos, promovendo destruição de patrimônio público e incitação à violência contra a comunidade acadêmica. Já na Federal do Amazonas (Ufam), políticos ligados ao Partido Liberal (PL), incluindo um coronel da PM, confrontaram

estudantes para arrancar cartazes com mensagens feministas e antirracistas, em uma clara tentativa de intimidação ideológica.

Ações da campanha

Para fazer frente a essas violências, o ANDES-SN planeja uma série de ações da campanha "Lutar não é crime" para o próximo período. Conforme a diretora da entidade, a ideia é realizar uma caravana nas universidades, institutos federais e cefets, percorrendo as seções sindicais para organizar a resistência local e denunciar as invasões da extrema direita.

Segundo Annie Hsiou, o reforço da campanha "Lutar não é crime" reafirma também que a universidade deve ser um território livre de medo e de censura. "Vai ser muito importante neste momento tão agudizante da história brasileira, em que a extrema direita avança e capta ainda mais seguidores, que o ANDES-SN atue ainda mais na defesa da Educação e das instituições públicas de ensino superior", concluiu a 3ª vice-presidenta do Sindicato Nacional.

*com informações da Adusp SSind. e Brasil de Fato

LUTAR NÃO É CRIME!

Na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), militantes do Movimento Brasil Livre (MBL) protagonizaram ao menos três episódios de violência desde o início do ano. No primeiro dia do ano letivo, em 24 de fevereiro de 2026, um confronto físico ocorreu quando os extremistas tentaram pintar de tinta branca os muros da biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), que continham intervenções artísticas e mensagens da comunidade trans. Em maio, representantes do movimento invadiram acampamentos estudantis no Instituto de Artes e confrontaram estudantes em greve, resultando em agressões físicas.

Em outro episódio, também em maio, os vereadores de São Paulo Rubinho Nunes e Adrilles Jorge, ambos do União Brasil, invadiram um ato de estudantes, técnicos e docentes da Unicamp, USP e Unesp, no centro da capital pau-



Docentes reafirmam unidade e traçam estratégia para enfrentar a extrema direita



O cenário místico dos caçumbás e a força histórica da Balaiada serviram de moldura para o 69º Conad do ANDES-SN, realizado entre os dias 3 e 5 de julho no Centro Pedagógico Paulo Freire da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), em São Luís. Sob o tema central "Guarnicê a luta pela educação pública na terra da Balaiada: contra o imperialismo e a extrema direita", o encontro reuniu mais de 300 docentes para a atualização dos planos de luta da categoria. O evento foi marcado pela necessidade de unificar a luta contra o avanço do neoliberalismo e das forças neofascistas, reafirmando o caráter classista e autônomo do Sindicato Nacional.

A conjuntura política nacional e internacional dominou os debates desde a Plenária de Instalação. A análise sobre a crise estrutural do capital e a intensifi-

cação da exploração capitalista apontou para um mundo onde o imperialismo, sob liderança estadunidense, busca

reafirmar sua hegemonia através de lógicas neocoloniais. Para o presidente do ANDES-SN, Cláudio Mendonça, a escolha de São Luís como sede não foi fortuita, mas um reconhecimento à história de resistência do povo maranhense, que deve inspirar a categoria a enfrentar a brutalidade que incide sobre a vida docente e os serviços públicos.

Um dos pontos de maior debate na Plenária de Atualização dos Planos de Luta foi a definição do posicionamento do Sindicato Nacional frente ao cenário eleitoral de 2026. As discussões foram pautadas pela compreensão de que a categoria vive uma conjuntura extremamente delicada, exigindo uma modulação que não fosse omissa, mas que preservasse a unidade interna.

Segundo Cláudio Mendonça, as intervenções foram ricas e refletiram diferentes visões estratégicas, desde posições que defendiam a nomeação direta de candidaturas já no primeiro turno até setores que entendiam ser precoce essa personificação. O presidente do Sindicato Nacional avaliou que a resolução final permitirá que os diversos setores do campo da esquerda incidam na conjuntura de forma unificada para derrotar o neofascismo. "O desafio era tentar encontrar a melhor modulação para não se omitir numa conjuntura tão delicada como essa", afirmou.





A deliberação aprovada estabeleceu que o ANDES-SN atuará desde o primeiro turno para garantir a derrota eleitoral da extrema direita, convocando a categoria para a mobilização nas ruas, urnas e redes contra as políticas de austeridade e o fascismo. Além disso, o sindicato encaminhará uma carta às candidaturas do campo progressista apresentando as pautas centrais da categoria e reforçando a importância da unidade de ação das lutas populares e sindicais.

A entrada no FNE

Outra decisão aprovada no 69º Conad foi o pedido oficial de ingresso

do ANDES-SN no Fórum Nacional de Educação (FNE). A medida foi debatida como uma forma de intensificar a presença do sindicato em espaços de decisão institucional, sem abandonar suas posições históricas de defesa da educação pública, gratuita e laica. A estratégia visa denunciar propostas privatistas e fortalecer o diálogo com entidades que, historicamente, são aliadas na defesa dos direitos da classe trabalhadora.

Jacob Paiva, 3º secretário e coordenador do Grupo de Trabalho de Política Educacional (GTPE) do Sindicato Nacional, comentou que a indicação da diretoria para a entrada no fórum ocorreu na perspectiva de ampliação das articulações políticas. O diretor enfatizou que o ANDES-SN não nutre ilusões sobre o caráter do FNE, que hoje é majoritariamente composto por forças privatistas ligadas a setores governamentais e empresariais.

Entretanto, ele destacou que o fórum

abriga entidades com propostas muito próximas às do ANDES-SN em diversos itens da política educacional. “Nesse sentido, vamos estar junto daquelas entidades que continuam na defesa do projeto de educação pública que o ANDES-SN defende e poderemos convidá-las a, junto conosco, criar um grande campo de movimentos combativos, classistas, para continuarmos pressionando o Estado brasileiro a oferecer uma política educacional que valorize a educação pública em todos os seus aspectos, orçamento, gestão pública, democrática, laica, valorização docente, currículos que respeitem a diversidade e a pluralidade cultural dos diferentes contextos socioculturais do Brasil”, detalhou.

Planos de luta e fortalecimento dos setores

As plenárias do Tema II permitiram também a atualização dos planos de luta dos setores. Para as Instituições Estaduais, Municipais e Distrital (lees, lmes e ldes), as deliberações focaram na intensificação das denúncias contra governos que atacam a autonomia financeira e acadêmica. Um dos problemas destacados foi a baixa execução orçamentária em estados como o Maranhão, onde, apesar da previsão em lei, apenas uma pequena parcela dos recursos é efetivamente executada, comprometendo o funcionamento básico das universidades. Nesse sentido, foi aprovada a realização do XXII Encontro do Setor em Dourados (MS), no final de novembro de 2026, com foco na defesa da democracia e autonomia das estaduais.

No âmbito das Instituições Federais



Homenagem

Sergiliana Barbosa Nava e Júlio Cesar Furtado Lima, funcionários da Apruma SSind. com mais de 30 anos de atuação na seção sindical, e Josefa Batista Lopes e Antonio Rafael da Silva, docentes da UFMA que participaram das fundações da Apruma SSind., há 48 anos, e do ANDES-SN, em 1981, foram homenageados durante o 69º Conad.

(Ifes), as delegadas e os delegados deliberaram pela continuidade da luta pela recomposição das perdas salariais e pela garantia de recursos orçamentários para 2027. As deliberações incluíram ainda intensificar a luta pelo reenquadramento de aposentados e aposentadas, a defesa do auxílio-nutrição e a mobilização pelo fim da contribuição previdenciária de quem já se aposentou. Além disso, o sindicato lançará uma campanha permanente pela democracia nas universidades, institutos federais e cefets, exigindo processos eleitorais com voto universal ou paritário e o fim de restrições de titulação para candidaturas à reitoria.

A valorização da carreira docente também foi centro das discussões. O sindicato reafirmou o projeto de carreira única para toda a categoria e aprovou a criação de um protocolo de desenvolvimento profissional que contemple as especificidades de docentes que são cuidadores, famílias atípicas ou pessoas com deficiência, visando a flexibilização da carga horária para demandas de saúde e terapias. Também foi aprovada a intensificação da campanha pelo Piso Salarial

Profissional Nacional como referência remuneratória em todas as esferas.

No campo da tecnologia e ciência, o 69º Conad decidiu que o Sindicato Nacional passará a acompanhar criticamente o Plano Brasileiro de Inteligência Artificial (PBIA) para evitar a privatização digital e a transferência de poder decisório para grandes corporações tecnológicas. Foi deliberada a realização de um mapeamento nacional sobre a introdução da IA nas universidades e seus impactos na autonomia universitária e nas condições de trabalho docente.

As políticas ambientais, urbanas e agrárias foram atualizadas sob a ótica do ecossocialismo, com o sindicato se posicionando contra o "capitalismo verde" e defendendo a implementação de eixos formativos sobre emergência climática nas universidades. No campo da comunicação, o ANDES-SN retomará sua integração ao Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) e se unirá à luta pela regulação das big techs e em defesa da soberania digital.

A proteção à vida das docentes também ganhou destaque com a apro-



vação de um protocolo de acolhimento para vítimas de violência de gênero, feminicídio e assédio. O Sindicato Nacional orientará as seções sindicais no acolhimento e na formalização de denúncias e cobrará das administrações universitárias medidas concretas de prevenção e acolhimento, garantindo a autonomia das instituições e recusando a militarização desses espaços.

Solidariedade internacional

O internacionalismo foi reafirmado com a aprovação de um dia de luta em defesa de Cuba e da soberania dos povos, marcado para 13 de agosto. O sindicato também manifestou solidariedade ativa ao povo venezuelano, após os terremotos de junho de 2026, autorizando o uso de recursos do Fundo Único para o envio de apoio material a hospitais nas regiões atingidas. A solidariedade estendeu-se aos povos da Palestina e Argentina, reforçando a luta contra o cerco imperialista e o genocídio.

Compromissos organizativos

Na Plenária do Tema III, dedicada a questões organizativas e financeiras, as contas do sindicato referentes a 2025 foram aprovadas, assim como a previsão orçamentária para 2027. Com o objetivo de aprimorar a transparência, novas regras para a prestação de contas foram estabelecidas, exigindo



Adunicamp SSind. organizará 70º Conad

O último dia do 69º Conad foi marcado pela escolha de Campinas (SP) como sede do 70º Conad em 2027, ano em que a Adunicamp SSind. completará 50 anos. A universidade foi ainda local de fundação do Sindicato, ocorrido naquela cidade em 1981. A sede foi escolhida por aclamação, com a promessa de um evento pautado pela sustentabilidade e economia solidária.



notas explicativas mais detalhadas sobre a execução orçamentária.

Um passo importante para o futuro da entidade foi a criação de uma comissão mista, composta por diretores e representantes da base, para elaborar uma proposta de reformulação do formato e da metodologia dos Congressos e Conads.

A proposta será apresentada no 16º Conad Extraordinário, que acontecerá em novembro em Brasília (DF), e submetida à avaliação e deliberação do 45º Congresso do Sindicato Nacional. A comissão é composta por sete docentes sindicalizadas e sindicalizados, sendo dois integrantes da diretoria do ANDES-SN e cinco representantes da base, que foram eleitas e eleitos na mesma

plenária do Tema III do 69º Conad.

Para representar a base: Antônio Gonçalves, diretor da Apruma SSind.; Fran Rebelatto, diretora da Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Sesunila SSind.); Jorgetânia Ferreira, presidenta da Associação dos Docentes da Universidade Federal de Uberlândia (Adufu SSind.); Elaine Neves, da base da Associação dos Docentes da Universidade Federal Pelotas (Adufpel SSind.); e Waldílio Siso, da base da Associação dos Docentes da Universidade Federal do Piauí (Adufpi SSind.). As duas representações da diretoria do ANDES-SN serão definidas posteriormente.

Moções aprovadas

Os delegados e as delegadas do 69º Conad aprovaram na Plenária de Encerramento, por aclamação, um bloco de 16 moções que expressam as lutas do movimento docente e o caráter classista do Sindicato Nacional. Entre os destaques estão o repúdio à privatização de escolas estaduais no Rio Grande do Sul e ao projeto de lei que fragiliza o ensino de filosofia e sociologia na educação básica.

A plenária também manifestou a urgência da mobilização pela aprovação, no Senado, da redução da jornada de trabalho para 30 horas sem redução salarial e o fim da escala 6x1, além de exigir celeridade no julgamento de ações em defesa da população trans no STF. As e os participantes também

declararam apoio à aprovação do projeto de lei estadual de Minas Gerais 5365/2026, em defesa da democracia e autonomia nas universidades estaduais mineiras, entre outras moções.

Encerramento

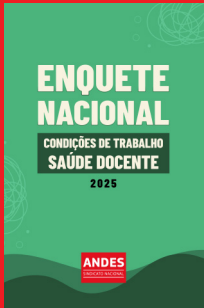
Em sua avaliação final, Cláudio Mendonça considerou o 69º Conad um marco de organização, ressaltando que o sindicato conseguiu apreciar as pautas de todos os grupos de trabalho, algo que muitas vezes é adiado por falta de tempo. O presidente encerrou os trabalhos citando o poema "Quem Matou Aparecida", do maranhense Ferreira Gullar, para lembrar que a luta sindical é, fundamentalmente, uma luta contra o capitalismo e a precariedade humana. Ele convocou a categoria a sair de São Luís com a esperança renovada e o ânimo necessário para derrotar os ataques que tentam sufocar a educação e os sonhos da classe trabalhadora.

"É com a esperança que nós iremos sair desse Conad, com muito ânimo e muita alegria para derrotarmos esses ataques. E que a memória de Aparecida não seja esquecida, para que a gente lembre que, quem matou Aparecida, está, a todo momento, tentando matar os nossos sonhos, as nossas esperanças e as nossas universidades. Nós iremos resistir, como estamos resistindo até hoje", conclamou, encerrando o 69º Conad.

"...Se não descobres te digo para que possas saber: o mundo assim dividido não pode permanecer. Foi esse mundo que mata uma criança ao nascer, que negou à Aparecida o direito de viver. Quem ateou fogo às vestes dessa menina infeliz foi esse mundo sinistro que ela nem fez nem quis - que deve ser destruído pro povo viver feliz.", trecho final do poema Quem matou Aparecida, de Ferreira Gullar.

Publicações lançadas em São Luís

- Universidade & Sociedade nº 78
 - Enquete Nacional sobre Condições de Trabalho e Saúde Docente
- Acesse aqui as publicações:



“A Lei da Dosimetria foi um plano B para a anistia política”, diz Badaró em entrevista

Os atos golpistas de 8 de janeiro de 2023, que culminaram na invasão e depredação das sedes dos Três Poderes, em Brasília (DF), seguem no centro do debate político e jurídico do país. O Supremo Tribunal Federal (STF) analisa dispositivos da chamada Lei da Dosimetria (Lei 15.402/26), que permite a redução de penas relacionadas aos atos antidemocráticos. Atualmente, a norma está suspensa até que o STF decida sobre sua constitucionalidade.

Em entrevista ao *InformANDES*, durante o Seminário Memória, Verdade, Justiça e Reparação do ANDES-SN, o professor de História do Brasil da Universidade Federal Fluminense (UFF), Marcelo Badaró, que participou da mesa “Golpe é crime: sem perdão, nem anistia aos golpistas de 8 de janeiro”, falou sobre responsabilização, anistia e os limites da proteção ao Estado Democrático de Direito.

InformANDES:
De que forma a Lei da Dosimetria impacta, na prática, a punição das pessoas condenadas pelos atos de 8 de janeiro?

Marcelo Badaró: A Lei da Dosimetria foi um plano B para a anistia política dos envolvidos nos processos que levaram ao 8 de janeiro de 2023, ou seja, nas várias tentativas de abolir o Estado Democrático de Direito e de dar um golpe depois que Lula foi eleito presidente, em 2022. Então, com a dosimetria, eles querem chegar à anistia por um outro caminho, ainda que

abrandando as penas. A lógica é garantir que aqueles que se envolveram, particularmente as lideranças golpistas como Bolsonaro e os generais que estavam com ele no governo, se safem dessa situação.

A tentativa de golpe é uma tentativa de fechamento do regime político. Um grupo político que chega ao poder pelas eleições, mas não tem compromisso com elas.



São representantes de uma corrente de extrema direita, que a gente poderia chamar de neofascista, que está sempre perseguindo uma forma de poder o mais autocrática possível. Sem responsabilização pela tentativa de golpe, enfraquecem-se o regime democrático e o Estado Democrático de Direito.

InformANDES: É possível estabelecer paralelos entre o debate atual sobre a Lei da Dosimetria e outros momentos da história brasileira marcados pela anistia ou impunidade diante de ataques à democracia?

MB: Se tomarmos a Lei da Dosimetria como uma anistia disfarçada, a história das discussões e leis de anistia no Brasil sempre foi marcada pela garantia de impunidade para aqueles que tentaram golpes de Estado e a subversão do Estado Democrático de Direito. Porque, para esses grupos, utilizar as regras do jogo democrático ou quebrá-las faz pouca diferença.

A lógica de sua atuação política é garantir uma contrarrevolução permanente, ou seja, uma linha de governo e de Estado que, para manter a domina-

ção de classes, atua de forma repressiva sobre as maiorias trabalhadoras da população.

Se as regras do jogo democrático, em um determinado momento, não permitem que essa lógica contrarrevolucionária avance, quebram-se as regras. Como são as mesmas pessoas, elas não querem, quando o jogo democrático formal volte, ser alijadas do processo. Por isso, as anistias servem como mecanismo de transição entre ditaduras e regimes formalmente democráticos, mantendo o controle do aparato de Estado.

InformANDES: Que mensagem política e institucional o Brasil transmitirá para o mundo caso o STF decida pela manutenção ou pela derrubada definitiva desta lei?

MB: A mensagem que o Brasil transmitiu para o mundo ao colocar no banco dos réus e condenar generais, comandantes - alguns deles do alto escalão das Forças Armadas - e o próprio ex-presidente Bolsonaro, condenado pelo crime de tentativa de golpe de Estado e abolição do Estado Democrático de Direito, foi a de que é necessário responsabilizar quem atenta contra a democracia.

Isso é importante porque ataques à democracia ocorrem em vários países. A extrema direita, em geral, tem uma relação instrumental com a democracia semelhante à que o bolsonarismo tinha aqui no Brasil.

A mensagem também é importante para quem ainda apoia as saídas da extrema direita, porque o bolsonarismo não morreu com a prisão de Bolsonaro nem com a eleição de Lula em 2022, ele segue presente na sociedade brasileira.

Manter a punição aos golpistas significa afirmar que

há custo em atentar contra o Estado Democrático de Direito, que é possível responsabilizar quem faz isso e que, ao contrário de outros momentos da história do Brasil, não haverá anistia para esses casos. Os movimentos sociais garantiram que chegássemos até aqui e precisamos garantir que continue nessa linha.

InformANDES: Pensando na justiça de transição, qual é o peso da responsabilização das envolvidas e dos envolvidos em tentativas de golpe de Estado para a construção da memória histórica e para o próprio amadurecimento da nossa democracia?

MB: No Brasil, a justiça de transição, particularmente ao final da ditadura militar, foi limitadíssima. Nós vivemos uma situação em que a Lei da Anistia de 1979, interpretada como anistiando os crimes de todos aqueles que sequestraram, torturaram, mataram, ocultaram corpos, garantiu a impunidade dos agentes públicos durante o período do terrorismo de Estado. Permitiu ainda que cultores de uma memória positiva da ditadura, como Bolsonaro e generais que chegaram com ele ao governo, voltassem a ocupar posições centrais na política brasileira.

Ou seja, naquele momento, como a sociedade brasileira não conseguiu impedir a anistia para torturadores, ditadores, assassinos do regime militar, nós permitimos a fragilização das regras do jogo democrático, a ponto de cultores daquela violência de Estado voltarem ao poder pela via eleitoral. Essa é a lição que deveria ter sido aprendida e que a gente precisa colocar em prática ao se discutir a Lei da Dosimetria e a anistia. Por isso, os movimentos sociais têm repetido: 'sem anistia'.

Clique no QR CODE e confira a cobertura do Seminário Memória, Verdade, Justiça e Reparação do ANDES-SN



Protestos na Bolívia expõem força da organização popular

A Bolívia atravessa uma das mais profundas crises políticas e sociais dos últimos anos. Há mais de um mês, bloqueios de estradas, greves e manifestações mobilizam indígenas, camponeses, estudantes, docentes e sindicatos em diversas regiões do país. O movimento, iniciado em maio com reivindicações econômicas e trabalhistas, ampliou sua pauta e passou a exigir a renúncia do presidente Rodrigo Paz, empossado em novembro de 2025.

Um mês depois, o governo anunciou o fim do programa de subsídios aos combustíveis, o que provocou altos preços e agravou as dificuldades enfrentadas pela população. A crise ganhou novos contornos no final de abril, quando Rodrigo Paz apresentou uma proposta de reforma agrária que gerou forte reação de organizações indígenas e camponesas.

Os movimentos denunciaram que

as mudanças beneficiariam grandes proprietários rurais e o agronegócio, em detrimento da agricultura familiar e das comunidades tradicionais. Diante da pressão popular, a medida foi revogada. Ainda assim, os protestos não recuaram e passaram a incorporar críticas mais amplas à política econômica e à condução do governo.

Segundo Sue Iamamoto, professora do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e pesquisadora da política boliviana, a crise atual tem origem no esgotamento do modelo econômico implementado pelos governos do Movimento ao Socialismo (MAS), liderados por Evo Morales e Luis Arce.

"Com a redução das receitas provenientes da exploração de recursos naturais, o Estado perdeu a capacidade de sustentar políticas de redistribuição e subsídios, o que abriu caminho para uma crise econômica e política que en-

fraqueceu a esquerda boliviana e abriu caminho para a vitória de Rodrigo Paz nas eleições", explica.

Para a especialista, o novo governo assumiu em meio a esse cenário de instabilidade e adotou uma orientação cada vez mais alinhada à direita e à extrema direita latino-americana.

Repressão e militarização

No início de junho, Paz sancionou uma lei que regulamenta o estado de exceção. A medida foi criticada por movimentos sociais, sindicatos e organizações indígenas, que afirmam que ela amplia os mecanismos de repressão e pode restringir direitos democráticos.

Conforme a docente da UFBA, a ampliação dos mecanismos de repressão revela uma característica histórica das elites políticas bolivianas que é lidar com movimentos sociais e populares por meio da repressão. Ela lembra episódios como a Guerra do Gás, em 2003, quando mais de 60 manifestantes foram mortos pelo governo de Sánchez de Lozada em El Alto, e a repressão aos protestos durante o governo de Jeanine Áñez, em 2019. "Em todos os momentos em que há maioria parlamentar ou uma brecha política, como no caso do golpe em 2019, essa elite procura ampliar seus poderes e os mecanismos de repressão", alerta.

Foto: Mídia Ninja



Após semanas de crise, o governo boliviano abriu negociações com a Central Operária Boliviana (COB), principal central sindical do país. Inicialmente, a entidade recusou o diálogo enquanto houvesse manifestantes detidos, mas depois firmou acordo de pacificação com o governo. No dia seguinte, 20 de junho, Rodrigo Paz decretou estado de emergência, ampliando os poderes do governo para mobilizar as Forças Armadas e desobstruir estradas bloqueadas.

Para Sue Iamamoto, a abertura das negociações refletiu um desgaste para as mobilizações. Embora a COB não represente diretamente os setores camponeses que lideram os bloqueios, sua participação no diálogo com o governo tem peso político e influencia a dinâmica do conflito. Ela também aponta que a perseguição e a prisão de lideranças contribuíram para enfraquecer parte dos protestos, já que a estratégia do governo tem sido evitar uma repressão generalizada.

Sociedade organizada

De acordo com Iamamoto, a dimensão dos protestos está ligada a uma característica marcante da sociedade boliviana: a organização coletiva.

Os bloqueios são coordenados por organizações camponesas de La Paz, Santa Cruz e Cochabamba, tradicional reduto dos cocaleiros - agricultores, em sua maioria indígenas, ligados ao cultivo da folha de coca. Nas cidades, as Federações de Juntas Vecinales (Fejuve), associações de moradores de bairros com forte presença política, organizam marchas, paralisações e protestos.

Segundo a docente, diferentemente de muitos países da América Latina, onde sindicatos e movimentos populares perderam parte de sua influência nas últimas décadas, a Bolívia preservou uma ampla rede de organizações comunitárias, camponesas, indígenas e sindicais. Essa estrutura garante a capacidade de mobilização e ajuda a explicar por que as manifestações rapidamente ganham alcance nacional.

"As federações camponesas, as

juntas vecinales e as associações de comerciantes continuam sendo instrumentos muito fortes de ação coletiva e de participação política", afirma Iamamoto, que explica que essas organizações atuam para além de pautas corporativas ou locais, participando dos debates políticos do país.

A professora da UFBA observa que o Brasil também viveu experiências semelhantes ao país vizinho durante a redemocratização, com o fortalecimento do novo sindicalismo, das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e de diversos movimentos populares. "Hoje, alguns movimentos, como o MST [Movimento dos Trabalhadores Sem Terra], ainda conseguem manter essa capacidade de mobilização,

mas ela já não perpassa a sociedade brasileira como um todo", ressalta.

Para ela, a força dos movimentos bolivianos faz parte de um processo histórico que atravessa gerações e continua moldando a política do país. "A Bolívia é uma sociedade profundamente marcada pela informalidade e pelas transformações do capitalismo contemporâneo. Ao mesmo tempo, preserva uma forte tradição de ação coletiva. Os mercados populares, as juntas vecinales e outras formas de organização não correspondem ao modelo tradicional de organização da classe trabalhadora, mas continuam desempenhando um papel fundamental na articulação da classe e na mobilização social", concluiu.

*Esta matéria foi finalizada em 22 de junho.



Foto: Mídia Ninja

ANDES-SN reforça a luta antirracista com participação no XIV Copene

Entre os dias 28 e 31 de julho, o ANDES-SN participará do XIV Congresso Nacional de Pesquisadores(as) Negros(as) (Copene), que acontecerá na Universidade de Brasília (UnB), na capital federal. Como parte da campanha "Sou Docente Antirracista", o Sindicato Nacional realizará duas mesas de debate voltadas ao enfrentamento do racismo e à defesa da educação pública.

Promovido pela Associação Brasileira de Pesquisadores(as) Negros(as) (ABPN), o Copene é um dos principais espaços de debate acadêmico, político e cultural sobre a realidade da população negra e da diáspora africana no Brasil e na América Latina. Nesta edição, o evento terá como tema "Consciência Negra: contribuições do pensamento afrodiaspórico para a democracia brasileira" e reunirá pesquisadoras e pesquisadores, estudantes, artistas, movi-

mentos sociais e representantes de instituições nacionais e internacionais.

O ANDES-SN participará das mesas "Política sindical e luta antirracista na educação superior: a campanha Sou Docente Antirracista e a defesa das ações afirmativas" e "O papel dos sindicatos no combate ao racismo: consciência de classe e resistência negra", que abordarão a atuação do movimento sindical na construção de uma educação antirracista e no enfrentamento às desigualdades raciais. As datas e os horários das atividades serão divulgados posteriormente pela coordenação do Copene.

Por meio da Circular nº 244/2026, o Sindicato Nacional reforçou a importância da participação das e dos docentes no congresso e orientou as seções sindicais, respeitando sua autonomia e

suas condições financeiras, a avaliarem a possibilidade de apoiar a participação da categoria nas atividades promovidas pelo ANDES-SN durante o evento.

Segundo Caroline Lima, 1ª vice-presidenta do ANDES-SN e da coordenação do Grupo de Trabalho de Política de Classe para as Questões Étnico-raciais, de Gênero e Diversidade Sexual (GTPCEGDS), a participação no congresso fortalece a construção de um projeto de educação comprometido com o combate ao racismo.

"O Copene se tornou um espaço de resistência e luta, apresentando a necessidade de rompermos com o modelo de universidade branca e eurocentrada. Logo, estarmos nesse espaço é fortalecer um outro projeto de educação pública", afirmou.

"O ANDES-SN vem construindo agendas de combate ao racismo e disputando institucionalmente, nas Universidades, IFs e Cefets, a construção de um currículo antirracista. Produção de materiais, publicações de artigos e articulação com o grupo de pesquisa Opará [Observatório das Políticas Afirmativas Raciais] são expressões do compromisso do Sindicato Nacional com a luta antirracista. Diante disso, a parceria com a ABPN e nossa participação no Copene colocam o

movimento sindical a serviço também das pautas e bandeiras do movimento negro", avaliou a diretora do Sindicato Nacional.

